

O ativismo digital

Dênis de Moraes*

2001

Índice

1 Rede virtual e defesa da cidadania	1
2 As ONGs e a comunicação <i>on line</i>	4
3 A caminho da consciência planetária	10

1 Rede virtual e defesa da cidadania

O Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2001 em Porto Alegre, no Brasil, consagrou um fenômeno de comunicação que vicejava na Internet: organizações não-governamentais e entidades civis dos quatro quadrantes estão utilizando cada vez mais a rede mundial de computadores para divulgar suas reivindicações e desenvolver espaços de interação e de mobilização pelos direitos da cidadania. Joëlle Palmieri, presidente da Penélopes, um coletivo feminista atuante na Web, resumiu o consenso alcançado nos de-

*Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Imagem e Informação da Universidade Federal Fluminense e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do Brasil. Publicou, entre outros livros, *Globalização, mídia e cultura contemporânea*, org. (1997), *O Planeta Mídia: tendências da comunicação na era global* (1998) e *O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia* (2001).

bates de Porto Alegre sobre o chamado ciberativismo digital: “Com a tomada de consciência sobre a importância da Internet para a difusão das reivindicações comunitárias, não precisamos mais nos isolar no gueto da contra-informação alternativa, e sim buscar novos modelos de trocas comunicacionais e de produção de informações afins com a idéia de se construir uma outra mundialização.”¹

As vozes que se somam no ciberespaço representam grupos identificados com causas e compromettimentos comuns, a partir da diversidade de campos de interesse (educação, saúde, direitos humanos e trabalhistas, cidadania, minorias e etnias, meio ambiente, ecologia, desenvolvimento sustentável, defesa do consumidor, cooperativismo, habitação, economia popular, reforma agrária, Aids, sexualidade, crianças e adolescentes, religiões, combate à fome, emprego, comunicação e informação, arte e cultura), de metodologias de atuação (movimentos autônomos ou redes), de horizontes estratégicos (curto, médio e longo prazos) e de raios de abrangência (internacional, nacional, regional ou local). Essas variáveis, muitas vezes, entrelaçam-se, fazendo convergir formas operativas e atividades.

¹*Le Monde*, 07.02.2001.

Como pretendemos demonstrar neste estudo, a Internet vem dinamizar as lutas das entidades civis a favor da justiça social num mundo que globaliza desigualdades de toda ordem. Vale lembrar que, desde a segunda metade da década de 1990, se registra um crescimento acentuado das ONGs em todo o planeta. Na edição de 11-17 de dezembro de 1999 de *The Economist*, o pesquisador Wim Dierckxsens calculou que existiam 26 mil organizações com atuação internacional, contra apenas seis mil em 1990. O Fundo Mundial para a Natureza era a maior delas, com mais de cinco milhões de filiados (dez vezes mais do que em 1985). Segundo Dierckxsens, há milhões de ONGs nacionais pelos continentes. Somente nos Estados Unidos, há mais dois milhões; na Índia, pelo menos um milhão.²

A maioria dessas entidades visa ao fortalecimento da sociedade civil no processo de universalização de valores e direitos democráticos. Congregar interesses e necessidades concretas ou simbólicas, promovendo ações em prol da cidadania. Trata-se de desfechar batalhas contra a exclusão de grandes contingentes populacionais dos benefícios do progresso; pela reapropriação social da riqueza produzida pelo trabalho coletivo; por políticas públicas que protejam o bem comum e garantam uma existência mais digna ao conjunto da sociedade.³

As ONGs convenceram-se de que, em um mundo interdependente com economia glo-

²Ver Wim Dierckxsens, “La construcción de alternativas a partir de Seattle: la politización progresiva del proceso de mundialización”, *Pasos*, n° 88, setembro de 2000.

³Ler Clara Inés Charry e Miriam Calvillo. “Organizaciones civiles: nuevos sujetos sociales”, *Razón y Palabra*, n° 18, ano 4, maio-julho de 2000.

balizada e instantaneidade de fluxos eletrônicos, os agentes sociais devem interconectar-se. Problemas, conflitos, negociações e encaminhamentos adquirem proporções imprevisíveis, não raro planetárias, requerendo respostas de igual amplitude. O que pressupõe articular reações e propostas numa velocidade e numa dimensão compatíveis com as sucessivas demandas.⁴

Daí porque a organização em redes, dentro e fora da Internet, se revela inovadora. Elas facilitam a intercomunicação de indivíduos e agrupamentos heterogêneos que compartilham visões de mundo, sentimentos e desejos. Servem de estuários para a defesa de identidades culturais, a promoção de valores éticos e a democratização da esfera pública.⁵ Ilse Scherer-Warren acentua que rede se torna um conceito propositivo, a partir não mais da hierarquização do poder entre os participantes, e sim de relações mais hori-

⁴Consultar Peter Waterman. *Globalization, social movements and the new internationalisms*. Londres: Mansell, 1999.

⁵Para uma análise detalhada da formação de redes de entidades e movimentos sociais, ver Ilse Scherer-Warren. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. Nas páginas 14 e 15, a autora apresenta a seguinte conceituação sobre movimentos sociais: “São formas de ações coletivas reativas aos contextos histórico-sociais nos quais estão inseridos. Essas reações podem ocorrer sob a forma de: denúncia, protesto, explicitação de conflitos, oposições organizadas; cooperação, parcerias para resolução de problemas sociais, ações de solidariedade; e construção de uma utopia de transformação, com a criação de projetos alternativos e de proposta de mudança. Todavia, um mesmo movimento pode desenvolver simultaneamente as três dimensões — contestadora, solidarística e propositiva — de acordo com seu projeto civilizatório que inclui oposições ao *statu quo* e orienta-se para a construção de identidades sociais rumo a uma sociedade melhor.”.

zontalizadas, abertas ao pluralismo político-cultural.⁶ Jésus Martín Barbero acrescenta que as redes se distinguem como um “lugar de encontro” de múltiplas minorias e comunidades marginalizadas ou de coletividades de pesquisa e de trabalho educativo e artístico. “Nas grandes cidades, o uso de redes eletrônicas está permitindo construir grupos que, virtuais em seu nascimento, acabam se territorializando, passando da conexão ao encontro, e do encontro à ação”.⁷

No curso dos anos 90, antes mesmo de a Internet alargar a teia planetária, grande parte das ONGs evoluiu para a constituição de redes que engendrassem ações locais e globais, particulares e universais, intraorganizacionais (divisões e ramificações de uma mesma entidade) e interorganizacionais (entre diferentes ONGs). Uma série de fatores contribuiu para isto: a exigência de intensificar parcerias; o desenvolvimento tecnológico; a internacionalização de conflitos sociais e ambientais; a necessidade de amplificar a oposição ao neoliberalismo e seus efeitos nefastos (empobrecimento, desemprego, competição desenfreada, esvaziamento dos poderes públicos, desprestígio das institui-

ções de representação popular, absolutismo do mercado e do lucro).

A Internet veio dinamizar esforços de intervenção dos movimentos sociais na cena pública, graças à singularidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades e expressões de vida, sem submetê-las a hierarquias de juízos e idiosincrasias. No ciberespaço, as ONGs credenciam-se a produzir manifestações em diferentes momentos e locais determinados, sem contudo estarem presas a um lugar ou tempo em particular. Nessa perspectiva, as ONGs virtuais compõem redes de organismos independentes ligados por aparatos tecnológicos, com o objetivo de repartirem competências, recursos, custos e espaços. Com a migração para a Web, as entidades aderem à comunicação em tempo real, sem centros fixos de enunciação. A cada nó, incorporam-se novos usuários, os quais se convertem, potencialmente, em produtores e emissores de informações, em condições de serem consumidas a todo instante.

A Internet oferece novas ferramentas de intervenção, como as campanhas virtuais, o correio eletrônico, grupos de discussão, fóruns, salas de conversação, boletins, manifestos *on line*, murais, anéis de *sites* e árvores de *links*. É uma arena complementar de mobilização e politização, somando-se a assembleias, passeatas, atos públicos e panfletos. Um exemplo dessa junção de possibilidades: algumas ONGs reproduzem em seus *sites* as matérias de seus jornais impressos, às vezes com traduções em ou dois idiomas. O veículo convencional continua válido e necessário; o que se pretende é ampliar a circulação junto a entidades correlatas do mundo inteiro, a custo baixo – algo impensável em qualquer outro veículo, pelas

⁶Ilse Scherer-Warren. “Redes e espaços virtuais (para a pesquisa de ações coletivas na era da informação)”, *Cadernos de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina*, nº 11, julho de 1997. Ver também Sonia Aguiar Lopes. *A teia invisível: informação e contra-informação nas redes de ONGs e movimentos sociais*. Tese de Doutorado em Comunicação. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

⁷Jésus Martín Barbero. *Comunicación y solidaridad en tiempos de globalización*. Conferência no 1º Encontro Internacional de Comunicadores Católicos, disponível em www.jmcommunications.com/spanish/barbero.html.

despesas astronômicas. O MST, por exemplo, considera que a Internet proporciona à causa da reforma agrária “um amplo canal de comunicação com a sociedade”, mas nem por isso deixou de imprimir, mensalmente, um milhão de exemplares de seu jornal *Sem Terra*. O periódico, com quatro páginas e em cores, começou a circular em outubro de 2000. É distribuído nos acampamentos pelo país, onde a Internet ainda não chegou, e nos meios sindicais, estudantis, políticos e intelectuais.

Esse modelo alternativo de expressão, apoiado em processos interativos, contribui para reduzir a dependência aos meios tradicionais, com a sua crônica desconfiança dos movimentos comunitários. O mosaico comunicacional da Web reforça, assim, os campos de resistência à concentração da mídia, permitindo que idéias humanistas se expressem no perímetro do espaço político desterritorializado. “Na Internet, até as pequenas entidades têm oportunidade de divulgar suas atividades ao conhecimento de segmentos mais amplos da sociedade. Apesar de anárquica, a rede é muito mais democrática, pois deixa que todo mundo se expresse”, opina a diretora do Greenpeace na Espanha, María Peñuelas.⁸

2 As ONGs e a comunicação *on line*

A maioria das ONGs procura usufruir das vantagens de curto, médio e longo prazos da comunicação virtual: barateamento dos custos; abrangência ilimitada; velocidade de transmissão; ruptura com as diretivas ideológicas e mercadológicas da mídia; autono-

mia para detonar campanhas, sejam elas de denúncia, de pressão, de conscientização ou de arrecadação de fundos; abertura de fóruns cooperativos (listas de discussão, conferências *on line*, *chats*).

A *homepage* do MST (www.mst.org.br) registra objetivos, posicionamentos e comunicados, com rapidez e economia de recursos. Recebe de 300 a 400 visitas por dia. O coordenador do MST Neuri Rosseto argumenta: “O fato de termos nossos canais possibilita uma maior credibilidade, uma vez que as notícias neles veiculadas estão sob a ótica das próprias forças progressistas, sem filtragem, censura ou deturpação dos fatos. Uma coisa é ler uma notícia sobre a política de privatizações em um meio de difusão controlado ou influenciado pelo governo, que tem todo o interesse em promovê-las. Outra é ler essa mesma notícia sob a ótica de quem se opõe a tal política. Uma *homepage* feita pelas forças progressistas possibilita, e muito, a divulgação de seus pontos de vista. Os meios de comunicação massiva funcionam como uma espécie de filtro entre o que deve ser noticiado, destacado, deturpado ou ocultado. A Internet rompe com essa intermediação. Por isso, pode facilitar que os agentes das notícias sejam os agentes que fazem esse acontecimento chegar até o conhecimento da sociedade.”⁹ O MST pretende interligar seus principais acampamentos, mas depende de recursos financeiros e de conexões que dispensem linhas telefônicas fixas (a solução talvez venha com o aprimoramento da tecnologia *wireless*, por celular, satélite ou rádio). O Movimento já conseguiu apoios em 50 países; normalmente, os contatos são feitos por correio eletrônico.

⁸María Peñuelas, citada por *El País*, 07.11.1999.

⁹Entrevista de Neuri Rosseto, 13.08.1998.

A Central Única dos Trabalhadores (www.cut.org.br) assinala em seu *site* que quer viabilizar uma “rede nacional de comunicação, potencializando recursos internos previamente levantados (boletins, revistas, jornais, páginas na Internet, programas de rádio e TV, jornalistas, dirigentes, formadores de opinião etc.), que, com rapidez e eficácia, possam externar as políticas de nossa Central e suas ações na conjuntura, de modo a influenciar a agenda nacional, inclusive pautando na grande mídia o que a classe trabalhadora entender como essencial”. Por meio da Internet, a CUT incrementa parcerias com entidades nacionais e estrangeiras. A Central planeja um boletim eletrônico, a ser distribuído aos sindicatos, e a construção de uma Intranet (rede interna) que assegure acessos aos órgãos filiados.

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (www.cfemea.org.br), sediado em Brasília, atua junto ao Poder Legislativo, de forma suprapartidária, acompanhando e sugerindo proposições que visem à regulamentação e à ampliação dos direitos das mulheres e de relações de gênero equitativas e solidárias. Está na Internet desde 1998. Disponibiliza dados estatísticos e edita o jornal eletrônico mensal *Fêmea*. Promove ainda o Fórum Articulação de Mulheres Brasileiras, formado por grupos feministas de 24 estados, cujos endereços, *e-mails* e *homepages* ali se encontram.

O correio eletrônico transformou-se em aliado fundamental das ONGs. “O *e-mail* mudou o modo de comunicação entre as ONGs; a relação entre as instituições se tornou mais dinâmica”, avalia Roberto Pereira, diretor-geral do Centro de Educação Sexual (Cedus), completando: “É mais fácil organizar as passeatas e as reuniões. Antes, fa-

zíamos isso por telefone, fax ou até mesmo carta, quando tínhamos que falar com grupos de outros estados. Até algumas decisões são tomadas pela Internet”.¹⁰ O Cedus usou *e-mails* para articular adesões em várias cidades ao Dia Mundial de Luta contra a AIDS, em 1º de dezembro de 1999. Com a criação de sua *homepage*, passou a receber mensagens de adolescentes e jovens com dúvidas sobre sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez.

Cresce o número de ONGs que, através da Web, captam recursos financeiros para projetos assistenciais. E ainda existem ONGs como Médicos sem Fronteiras, Oxfam e Care que financiam projetos de cooperação executados por outras entidades civis. Há dois tipos de contribuições: 1) o internauta entra na página, clica em um botão e olha, por alguns segundos, os *banners* dos anunciantes, os quais repassam verbas proporcionais à visitação; 2) através de doações voluntárias. The Hunger Site (www.thehungersite.com), fundado em 1999 nos Estados Unidos, destaca-se entre os prestigiados por anunciantes. Trabalha em conjunto com o Programa Mundial da Alimentação, das Nações Unidas, em 82 países, particularmente na África. Desde que entrou no ar, repassou US\$ 3,5 milhões à ONU.

No Brasil, existem iniciativas similares, como o Click Fome (www.clickfome.com.br). O internauta faz doações para dois programas da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida: a Bolsa Escola e o Natal sem Fome. Idealizada pelo sociólogo Herbert

¹⁰Roberto Pereira, citado por Elisa Travalloni, “Exercício da cidadania cresce com a rede”, *Jornal do Brasil*, 15.12.1999.

de Souza, o saudoso Betinho, e atualmente presidida pelo dramaturgo Alcione Araújo, a Ação da Cidadania trabalha com 400 comunidades pobres. No Natal de 2000, 100 mil famílias receberam alimentos. Em sua página (www.acaodacidadania.com.br), é possível acompanhar a movimentação dos comitês espalhados pelo país, fóruns e enquetes.

A Internet tem sido de enorme valia nas batalhas pela preservação do meio ambiente, desburocratizando o contato com órgãos de fiscalização e estimulando a atuação sistemática. Em outubro de 2000, o Instituto Socioambiental opôs-se à medida provisória do presidente Fernando Henrique Cardoso que facilitava o processo de licenciamento de produtos transgênicos. Pôs à disposição de seus associados formulários *on line* para que enviassem protestos ao Palácio do Planalto e aos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Agricultura, da Saúde e do Meio Ambiente. Em poucas semanas, 38 entidades civis aderiram ao movimento. O Instituto edita a revista eletrônica *Parabólicas no Ar* e facilita consultas *on line* à legislação ambiental brasileira. Êxito parecido alcançou a Rede de Proteção aos Animais Silvestres (www.renctas.org.br). Conseguiu mil associados, recebendo, com média de 100 e-mails por dia. As denúncias sobre o comércio ilegal de animais silvestres são encaminhadas, após averiguação preliminar, à Polícia Federal e ao Ministério do Meio Ambiente.

A Web chegou a ser vista com desconfiança pelo Greenpeace (www.greenpeace.org), conhecido por sua aversão aos efeitos colaterais das tecnologias. Hoje, crimes contra o meio ambiente, em qualquer parte do globo terrestre, em minutos ganham ressonância pela rede

mundial de computadores. “Não podemos prescindir do efeito imediato da Internet”, salienta María Peñuelas. O Greenpeace mantém *websites* em 41 dos 45 países em que está presente, fóruns a respeito de áreas prioritárias (clima, desarmamento, florestas, oceanos, tóxicos e engenharia genética). O Action Center divulga atos das seções regionais e instrui os internautas a remeterem mensagens aos governos que falham na proteção à natureza.

As ONGs que trabalham com Aids liberam pela Internet as últimas pesquisas científicas sobre a doença, eventos, publicações especializadas e projetos de assistência a portadores do vírus HIV. A Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (www.abia.org.br), com sede no Rio de Janeiro, colhe resultados animadores nos intercâmbios com entidades do Brasil e do exterior. “A Internet é um importante espaço para parcerias com outras ONGs, pois ajuda a difundir com rapidez as informações e os manifestos. Isso facilita o planejamento de ações”, diz Cláudio Oliveira, assessor da ABIA, que em breve disponibilizará o acervo de seu centro de documentação.¹¹ Outro ponto a destacar é a utilização de grupos de discussão e do correio eletrônico para trocas de experiências entre os soropositivos. Claro que os recursos virtuais não substituem – nem devem substituir – reuniões e os indispensáveis encontros pessoais; proporcionam, sim, interações entre doentes e especialistas. A Sociedade Viva Cazuzu (www.vivacazuza.org.br), fundada em 1990, faz de sua *homepage* um lugar de consulta

¹¹Cláudio de Oliveira, citado por *Brasil Positivo*, nº 3, disponível em www.bristol.com.br/brasilpositivo/terc_edicao/miolo3.htm.

obrigatória àqueles que querem se inteirar de seminários e eventos em prol de crianças portadoras do HIV. O fórum científico reúne estudos sobre tratamentos e recentes descobertas em pesquisas.

O campo dos direitos humanos também se beneficiou com a Internet. Existem centrais virtuais de denúncias, como as da Anistia Internacional (www.amnesty.org), do Human Rights Watch (www.hrw.org) e da Ordem dos Advogados do Brasil (www.oab.org.br). Os denunciadores não precisam, necessariamente, se identificar nos *e-mails*. Mas, se o fazem, o sigilo é assegurado. A Human Rights Watch treina ativistas interessados em programas codificados, úteis para se escapar ao monitoramento de dados por regimes autoritários. "Em locais onde não é permitida a divulgação de relatórios sobre violações de direitos humanos, a Internet tem sido valiosa para as organizações internacionais e locais", diz James Cavallaro, representante da Human Rights no Brasil.¹²

A Anistia — uma das primeiras ONGs a aderir à Web — objetiva com sua página: a) mundializar as denúncias e acompanhar investigações sobre desrespeitos aos direitos humanos; b) interconectar as seções regionais; c) agilizar comunicados sobre agressões e tomar as conseqüentes providências. Com um milhão de membros em 160 países, a Anistia dispõe de 50 *websites*. A *homepage* principal apresenta notícias e campanhas contra tortura, pena de morte, prostituição infantil, prisões arbitrárias, violências policiais, execuções e perseguições a dissidentes políticos. Há *links*

¹²James Cavallaro, citado por Roldão Arruda, "Ativistas usam Internet para romper barreiras", *O Estado de S. Paulo*, 09.01. 2000.

para duas dezenas de instituições afins e uma lista de discussão com milhares de assinantes (www.amnesty.org/news/emailnws.htm). O correio eletrônico aproxima 80 mil voluntários de diferentes nações, treinados para socorrer e amparar vítimas de violências. Em 1998, 425 atendimentos foram prestados em 92 países pela serviço Urgent Actions, tendo sido solucionados 272 casos. A Urgent Actions mobiliza advogados, médicos, assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais, e subdivide-se por núcleos temáticos (presos políticos, refugiados, mulheres, crianças e adolescentes, jovens etc).

Fundada em 1º de maio de 1995, em Natal, Rio Grande do Norte, a Rede Telemática de Direitos Humanos (www.dhnet.org.br) é o braço virtual do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Informa endereços eletrônicos de entidades, órgãos governamentais e igrejas que acolhem casos de desrespeito aos direitos individuais. Há listas de discussão sobre temas econômicos, sociais e culturais; fórum entre internautas e o *ombudsman*; cursos de cidadania à distância; textos sobre a inserção dos movimentos sociais na Internet e a trajetória dos direitos humanos no mundo; legislações, códigos de ética e de conduta. A seção "Onda de Sonhos" arquiva escritos de Glauber Rocha, Karl Marx, Charlie Chaplin, Ernesto Che Guevara, Carlos Marighela, Antônio Conselheiro e Antonin Artaud. A DHnet hospeda, gratuitamente, duas dezenas de *sites* afins, como os do Movimento Nacional de Direitos Humanos, o Conselho Estadual de Defesa do Homem e do Cidadão, da Paraíba, o Centro de Estudos, Documentação e Articulação da Cultura Negra e o Dossiê de Mortos e Desaparecidos. Os pedidos de parceria com a DHnet

são apreciados por um conselho de avaliação.

Reporters Sans Frontières (www.rsf.fr) luta pela liberdade de imprensa. Com sede em Paris, tem escritórios na Alemanha, Bélgica, Espanha, Grã-Bretanha, Itália, Suécia e Suíça, e representações nos Estados Unidos, Tailândia, Turquia e Costa do Marfim. Seu *site*, em três idiomas, é um roteiro confiável sobre agressões cometidas por governos autoritários contra jornalistas e órgãos de comunicação. O informativo diário baseia-se em notícias transmitidas por 100 correspondentes espalhados pelo mundo. São veiculadas denúncias e aceitas doações. Os usuários mandam e-mails de reprovação a autoridades dos países que violam o direito à informação, encarceram jornalistas e suspendem periódicos independentes. Reporters Sans Frontières inclui nestes casos Cuba, Etiópia, Ruanda, Síria, Irã, China e Birmânia. Há dossiês sobre cada um deles, com fotos e legendas de seus presidentes ou chefes de governo, qualificados como “predadores da liberdade de imprensa”. Desde abril de 2000, foram fechadas no Irã mais de 30 publicações reformistas. Existem dez jornalistas presos naquele país. Segundo o relatório anual de Reporters Sans Frontières, disponível *on line*, o quadro atual da liberdade de expressão entre os 189 países-membros da Organização das Nações Unidas, é o seguinte: em 96 deles, a situação é correta; em 65, difícil; e em 28, muito grave.

Para tentar deter os malefícios da globalização econômica e do neoliberalismo, centrais e federações sindicais da Europa e dos Estados Unidos recorrem à Web para pressionar empresas transnacionais e despertar a solidariedade aos trabalhadores. As cibercampanhas sindicais partem do entendi-

mento de que os métodos de luta precisam convergir. Não bastam as greves, as passeatas e a imprensa sindical. Pode-se inundar de *e-mails* as caixas postais dos patrões e de organismos governamentais; denunciar, em tempo recorde, demissões e abusos, concludando os consumidores a boicotarem determinados produtos; e convocar afiliados para assembleias conjuntas, manifestações de rua e piquetes.

Em abril de 1999, os operários da companhia petrolífera Elf valeram-se de alguns desses métodos durante greve na refinaria de Pau, na França, e ainda colocaram no ar o site Elf-en-Résistance, por intermédio do qual mantiveram as demais unidades fabris e a mídia informadas sobre o movimento. O episódio animou organismos sindicais franceses a estreitarem seus vínculos virtuais. “A Internet nos permite uma comunicação muito mais eficaz com os sindicatos. Desde as negociações para a redução da jornada de trabalho, a rede tem sido um instrumento para o debate das grandes questões trabalhistas”, depõe o secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores, Noël Lechat.¹³

O porta-voz da Federação Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Indústrias Químicas (Icem), Iam Graham, diz que, sem a Internet, teria sido impossível sensibilizar a opinião pública contra a decisão do conglomerado Bridgestone-Firestone de substituir os 2.300 grevistas de suas usinas nos Estados Unidos por trabalhadores avulsos, em julho de 1996. Graham declarou ao jornal francês *Libération* que a queda-debraço com a direção da empresa só começou

¹³Noël Lechat, citado por Martine Bulard, “Syndicats virtuels. Grèves en réseau”, *Le Monde Diplomatique*, dezembro de 2000.

a surtir efeito quando os protestos abarrotaram as caixas postais de autoridades governamentais, de formadores de opinião, de mídias do mundo inteiro, do governo japonês, dos diretores da matriz e das filiais do grupo Bridgestone, dos bancos que lhe concediam créditos nos Estados Unidos e no Japão, de seus fornecedores e clientes. Os endereços eletrônicos, catalogados previamente pela Icem, foram disponibilizados pela Federação no dia em que a empresa anunciou o afastamento dos grevistas. Graham aponta outro trunfo da Internet: “Se tivéssemos enviado faxes a todas as pessoas incluídas em nossa lista, seriam necessárias de duas a três horas, a um custo elevadíssimo. Um minuto foi o suficiente para convocarmos pela Web as 150 organizações afiliadas à Icem a entram em nosso *site* e dispararem *e-mails* para a relação de pessoas que havíamos selecionado. Em poucos minutos, as caixas postais estavam entupidas com as nossas mensagens. Os telejornais da noite e os jornais do dia seguinte, inclusive de países europeus e do Japão, noticiaram com destaque o fato, obrigando a empresa a vir a público se explicar e, logo depois, rever a medida contra os trabalhadores.”¹⁴

Ao adotarem táticas de “guerrilha” virtual, os ciberativistas optam por modalidades de ação direta, com efeitos imediatos. Na cobertura da reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, de 26 a 28 de setembro de 2000, na República

¹⁴Iam Graham, citado por Nicole Penicaut e Emmanuele Peyret, “Travailleurs de tous les pays connectez-vous”, *Libération*, 25.04.1997. Para uma apreciação sobre estratégias e táticas de ação virtual, ler Harry Cleaver. *Computer-linked: social movements and the global threat to capitalism*, disponível em www.anice.net.ar/infoysoc/home/index.html.

Tcheca, agências de notícias vinculadas a ONGs de direitos humanos, como a Independent Media Center e a Direct Action Media Network, montaram um QG em Praga. De seus *notebooks* acoplados a *modems*, enviavam, a um sem-número de instituições e veículos independentes, textos relatando o que se passava dentro e fora do encontro, com ênfase nos protestos contra o FMI. “Com a Internet estamos multiplicando a divulgação de mobilizações desse tipo. A ação direta é uma experiência de poder. São as pessoas tomando a frente de suas vidas”, opina Mark Lynas, 27 anos, editor do OneWorld (www.oneworld.org), que congrega defensores dos direitos coletivos.¹⁵ “A Web cria condições para uma conexão sem intermediários com a audiência. Isso é liberdade de expressão”, observa Jay Sand, da Direct Action.¹⁶

A revolta de Praga inspirou-se na de Seattle, cidade norte-americana que sediou, em dezembro de 1999, a Rodada do Milênio, promovida pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Cinquenta mil pessoas encheram as ruas, no primeiro protesto expressivo contra o neoliberalismo. Os movimentos civis provaram em Seattle que não poderiam ser mais ignorados pelos artífices da governança global. A Web foi valiosa na preparação dos atos, através de correio eletrônico, boletins, listas de discussão e fóruns. “A troca de informações pelos computadores permitiu uma articulação inédita entre grupos com os mais diferentes interesses e localizados em 140 países”, diz Maria Luísa Mendonça, representante no Brasil da Global Exchange, uma das

¹⁵Mark Lynas, citado pela agência Efe, 06.10.2000.

¹⁶Jay Sand, citado pela BBC, 14.04.2000.

ONGs que coordenaram as manifestações. Nos dias dos protestos, Global Exchange (www.globalexchange.org) e a agência de notícias Indymedia (www.indymedia.org) registraram 1,5 milhão de visitas. "As pessoas queriam saber o que era OMC, Rodada do Milênio, transgênicos, além de dar opiniões e apoio", acrescenta Maria Luísa.¹⁷

3 A caminho da consciência planetária

As formas dialógicas que irrompem no ciberespaço começam a pôr em xeque a renitente metáfora do Big Brother, que por décadas dominou a teoria crítica no campo da comunicação. A mídia sempre encarnou — e ainda encarna — aquela sinistra figura, dado o seu poder quase absoluto de privilegiar as informações que julga relevantes. A supremacia dos meios tradicionais persiste e provavelmente persistirá, porém não há como negar que inquietações sociais e resistências à lógica dominante se propagam pela Internet, sem ingerência de governos e corporações empresariais ou militares. No cenário que parecia um manjar dos deuses para raciocínios lúgubres e derrotistas, percebemos agora uma oxigenação.

Manuel Castells sublinha a importância estratégica de "se utilizar o enorme potencial da Internet, por exemplo, para reviver a democracia, não enquanto substituição da democracia representativa por meio do voto, e sim para organizar grupos de conversação, plebiscitos indicativos e consultas sobre distintos temas, disseminando informações na

¹⁷Maria Luísa Mendonça, citada por Roldão Aruda, "Ativistas usam Internet para romper barreiras", *O Estado de S. Paulo*, 09.01.2000.

sociedade".¹⁸ Significa realçar a sociedade civil como espaço político por excelência, fazendo-a ressurgir do declínio imposto pela hegemonia neoliberal, preferencialmente na trilha proposta por Benjamin R. Barber: "um domínio cívico republicano e mediador entre o desmedido setor governamental e o metastático poder privado".¹⁹

O quadro de expectativas e esperanças aqui delineado não deve, entretanto, alimentar ilusões. Em primeiro lugar, porque a cibermilitância necessita aprofundar propostas de comunicação eletrônica e conciliá-las com demandas do público-alvo. Em segundo, porque nos deparamos com um fenômeno ao mesmo tempo hiperveloz (devido à expansão tecnológica) e lento (por conta de hábitos culturais e políticos nem sempre fáceis de atualizar). Em terceiro, porque os movimentos sociais não formam um todo coeso e harmônico. A heterogeneidade de ideários, identidades, práticas e naturezas constitutivas se reflete em usos e apropriações distintos das engrenagens comunicacionais, aí incluída as da Internet. Por mais que redes e coletivos virtuais aproximem e combinem linhas de intervenção, não caracterizam, naturalmente, totalidades ou unicidades válidas em qualquer situação.

Não se trata, por conseguinte, de transformar a Internet em apanágio de todas as virtudes. Muito menos de sonhar com um Eldorado digital, habilitado a suplantiar o poderio das corporações. Seria tolice subestimar o predomínio dos megagrupos no atual ce-

¹⁸Manuel Castells, em entrevista a René Lefort, "El nuevo papel del ciudadano ante la revolución de Internet", *Correio da Unesco*, outubro de 1999.

¹⁹Benjamin R. Barber. *Un lugar para todos: cómo fortalecer la sociedad civil y la democracia*. Barcelona: Paidós, 2000, p. 91.

nário de transnacionalização e oligopolização das indústrias de informação e entretenimento. No caso particular do Brasil, a maior parte das pessoas plugadas pertence às classes A e B e se aglomera nas regiões Sudeste e Sul. Dos mais de cinco mil municípios brasileiros, pouco mais de 300 estão conectados. “É a tradição da concentração das riquezas que se repete nas tecnologias digitais”, observa Carlos Alberto Afonso, um dos responsáveis pela implantação da Internet no país com o provedor Alternex e hoje diretor de desenvolvimento da Rede de Informações do Terceiro Setor.²⁰ Pesquisa recente realizada por Afonso para a Fundação Friedrich Ebert aponta paradoxos. O Brasil está entre os 15 países com maior parque de computadores instalados, embora mantenha cerca de 94% das cidades fora da Web. Apesar de dispor da maior infra-estrutura de telecomunicações da América Latina, situa-se em penúltimo lugar, em número de usuários individuais, computadores pessoais, linhas telefônicas e servidores de Internet, entre as dez maiores economias do mundo. Outro dado eloquente: ocupamos um modesto quarto lugar na América Latina na média ponderada entre usuários e servidores, atrás de Uruguai, Chile e Costa Rica. Portanto, há muito a fazer para universalizar as conexões e os usos sociais da Web.

Ao ressaltar a emergência da cibermilitância, quisemos ressaltar: a) a diversidade de organizações e movimentos que desenvolvem na Internet novas formas de ação, gestão e participação; b) as potencialidades que se entreabrem no âmbito virtual, fundadas em

²⁰Carlos Alberto Afonso, citado por Robinson Borges, “Realidade virtual em xeque”, *Valor Econômico*, 24.11. 2000.

práticas interativas e não submetidas aos mecanismos de seleção e hierarquização da mídia.

Graças à plataforma digital, os chamados à mobilização social ultrapassam barreiras geográficas, atropelam fusos horários e desconhecem grades de programação. Os intercâmbios tornam-se rápidos e acessíveis. O ciberativismo alicerça campanhas e aspirações à distância, no compasso de causas que se globalizam (combate à fome, defesa do desenvolvimento sustentável, preservação do equilíbrio ambiental, direitos humanos, luta por um sistema de comunicação pluralista). As entidades civis valem-se da Internet enquanto canal público de comunicação, livre de regulamentações e controles externos, para disseminar informações e análises que contribuam para o fortalecimento da cidadania e para o questionamento de hegemonias constituídas.

A mega-rede pode propiciar aos movimentos sociais uma intervenção ágil em assuntos específicos, acentuando-lhes a visibilidade pública. Sem falar na constituição de comunidades virtuais por aproximações temáticas, anseios e atitudes. Elas reforçam a sociabilidade política e praticam uma ética por interações, assentada em princípios de diálogo, de cooperação e de participação. “Tanto a Internet quanto as ONGs têm a tendência de formar comunidades, assim como defender a liberdade é uma característica marcante dos dois sistemas”, observa Sérgio Góes, diretor-executivo da Rits, instituição privada, autônoma e sem finalidade lucrativa, mantida com o apoio financeiro de agências privadas e públicas.²¹ Na Web desde a sua criação, em 1997, a Rits fornece

²¹Sérgio Góes, citado por Elisa Travalloni, “Exercí-

a ONGs informativos, fóruns, base de dados, serviços eletrônicos e apoio em tecnologias. Sérgio Góes ressalva que “falta muito para que as organizações conquistem um grande espaço no mundo virtual.” Para ele, a Internet demonstra enorme potencial para a mobilização, mas não podemos deixar de levar em consideração que uma parcela pequena da população brasileira tem acesso a ela”.

Tornar as páginas mais conhecidas dos internautas implica expandir alianças e intercâmbios; divulgar intensivamente os *websites* junto a setores da sociedade civil, tanto por meios convencionais, quanto por boletins e eventos eletrônicos; realizar conferências e seminários sobre estratégias comunicacionais para a Internet; e aprimorar os programas de busca e as árvores de *links*. “A Internet para nós é fundamental, mas há tantos *sites* que você pode navegar a vida inteira e não saber que existe determinada página. O difícil é dizer às pessoas onde estão a informação, a interação, a discussão, o debate”, atesta o coordenador da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, Luiz Antônio Correia de Carvalho.²²

As redes devem funcionar como faróis que iluminam as rotas até pontos de referência sobre determinadas questões. A Rits planeja criar o Portal da Cidadania, com informações sobre um abrangente conjunto de entidades, evitando a dispersão por muitas páginas. Para aprofundar-se em algum tema, o internauta será instruído a pesquisar nas *homepages* de instituições específicas.

Providências como essa são decisivas para fazer sobressair as reivindicações e resga-

cio da cidadania cresce com a rede”, *Jornal do Brasil*, 15.12.1999.

²²Entrevista de Luiz Antônio de Carvalho, 24.07.2000.

tar uma cultura de solidariedade social. As redes de ONGs exercem função estratégica como plataformas de comunicação. No *site* da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), há noticiário, documentos e *links* para 250 filiadas pelo país. Muitas delas participam dos fóruns *on line* da Abong, agrupadas por região. A página da Fase (www.fase.org.br) traduz bem a estratégia político-cultural-ideológica que norteia a circularidade de informações por afinidades eletivas. A Fase funciona como pólo de articulação de 70 ONGs do Brasil e do exterior ligadas à defesa dos direitos humanos, do meio ambiente, da reforma agrária e da educação. As organizações contam com uma base de dados comum, uma agenda de eventos e *links* para entidades associadas. Já foram promovidas conferências eletrônicas sobre reforma agrária na América Latina e agricultura familiar.²³

Além de uma maior percepção pública dos *sites*, pelo menos três desafios terão ser enfrentados pelos movimentos sociais na Internet: 1) a definição de estratégias de comunicação que aproveitem plenamente as potencialidades criativas e interativas das tecnologias multimídias; 2) o aumento substancial do número de usuários, o que depende da superação de entraves econômico-financeiros (custos de computadores, *modems*, linhas e tarifas telefônicas, provedores de acesso); 3) uma melhor formação para os ciberativistas, com simplificação de procedimentos informáticos, cursos e treinamentos. Quer dizer, as competências humanas permanecem essenciais numa era de acelerado progresso

²³Com sede no Rio de Janeiro, a Fase é patrocinada por um consórcio de 12 agências internacionais da Holanda, da Grã-Bretanha e da Alemanha.

técnico. Nesse sentido, não há por que discordar de Dominique Wolton — um crítico da comunicação eletrônica — quando ele assinala a importância de intermediários qualificados para instruir e capacitar a navegação pelos imensos continentes de saberes, dados e conhecimentos da Web.²⁴ Pensar o contrário seria admitir, ingenuamente, que o ambiente *high tech* se sustenta por automatismos ou fascínios. O aluvião informacional da Internet não subsiste sem o discernimento crítico da inteligência humana que o concebeu e não cessa de renová-lo. Deixemos claro, uma vez mais, que instruir e capacitar não se confundem, na Internet, com doutrinar, controlar ou censurar.

A experiência da Escola Sindical 7 de Outubro, mantida pela Central Única dos Trabalhadores, prova a importância de avaliações criteriosas e investimentos pontuais na Web. A Escola iniciou o projeto de comunicação *on line* em 1998, com conexão e *e-mail*. Depois de inteirar-se das peculiaridades do novo meio, chegou a uma certeza: “Não valeria a pena criar nossa *homepage*, apenas dispor de um domínio, de um *site*, e parar por aí. É preciso haver interatividade; é preciso que os parceiros e o público alvo da Escola acessem nosso site não apenas para conhecer o que a Escola é, já fez ou fará; é preciso que seja algo dinâmico e útil, um instrumento de formação e de comunicação. E aí, reside um dos desafios: os dirigentes e militantes dos movimentos sindical e popular, em geral, desconhecem as possibilidades e não sabem utilizar a Internet.” A 7 de Outubro participou, então, de um curso so-

²⁴Ler Dominique Wolton. *Internet et après: une théorie critique des nouveaux médias*. Paris: Flammarion, 1999, p. 115 e 206.

bre tecnologias de informação na atividade sindical, promovido pela Organização Internacional do Trabalho, em Turim, Itália, e acompanhou os estudos de estruturação de redes eletrônicas junto à Secretaria Nacional de Formação da CUT e à Confederação Nacional dos Metalúrgicos. Para potencializar sua inserção na Web e viabilizar uma Escola Sindical em rede, estabelecem outros passos, como a disponibilização de uma *homepage*, a formação de usuários prioritários e a elaboração de um projeto de educação à distância para adultos.²⁵

Cada vez mais, as organizações não-governamentais – esses “embriões da sociedade civil internacional, na feliz definição de Ignacio Ramonet²⁶ – necessitarão ampliar a interlocução com as comunidades e os poderes públicos e aperfeiçoar as táticas de pressão organizada contra o *statu quo*. O diferencial da Internet consiste em veicular livremente princípios, anseios e pleitos numa escala nunca antes sonhada. A arena virtual insinua-se, pois, como âmbito de representação para contrapoderes cívicos germinarem na direção apontada por Félix Guattari:

“Precisamos fomentar com êxito uma nova consciência planetária, que se apóie em nossa capacidade coletiva para a criação de sistemas de valores que escapem aos pressupostos morais, psicológicos e sociais do capitalismo, os quais se centram apenas no benefício econômico. A alegria de viver, a solidariedade e a compaixão pelos outros são sentimentos em vias de extinção e que devem ser protegidos, reavivados e impulsionados

²⁵Sobre a inserção da Escola Sindical 7 de Outubro na rede de comunicação eletrônica da CUT, consultar www.escola7.org.br/plano/pg02cex03.html.

²⁶Ignacio Ramonet, “Pour changer le monde”, *Manière de Voir*, n° 52, julho-agosto de 2000.

em novas direções. Os valores éticos e estéticos não nascem de imperativos nem de códigos transcendentais. Exigem uma participação existencial baseada em uma imanência que se deve reconquistar continuamente.”²⁷

Sem ignorar os obstáculos que se inter põem, penso que a Internet tende a firmar-se como um dos meios de comunicação vitais para a construção da cidadania mundial. Digo *um dos meios* para reiterar que não entendo o ciberespaço como uma esfera dissociada dos embates sociais concretos. Como cogitar de transformações radicais sem referências objetivas às tradições sociais? Volto a dizer que percebo uma relação de confluência, de acréscimo e de sinergia entre o concreto e o virtual, resultante, de um lado, da progressiva hibridação tecnológica e, de outro, do somatório de possibilidades que nenhuma das partes, isoladamente, alcançaria. Julgo perfeitamente viável combinar os instrumentos de ação político-cultural que ambos fornecem, sem perder de vista que é no território físico, socialmente reconhecido e vivenciado, que se tece o imaginário do futuro.

²⁷Félix Guattari, “Pour une refondation des pratiques sociales”, *Le Monde Diplomatique*, outubro de 1992. Ver ainda Denis Duclos. “Un projet civique pour le nouveau siècle. Universelle exigence de pluralité”, *Le Monde Diplomatique*, janeiro de 2000.